

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 05/2022

REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO

- Presidente:** - *Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues*
- Vereadores Presentes:**
- *Carlos Duarte Travanca*
 - *Vítor Manuel Correia*
 - *Orlando Ferreira Pires*
 - *Francisco José Clemente Sousa*
 - *Vera Cristina Quintela Pires Preto*
- Membros Ausentes:** - *Nélia Alexandra Pires Pinheiro*
- Ata da Reunião de 10 de fevereiro** - **Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros do executivo.**
- Ata da Reunião anterior** - **Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros do executivo.**
- Secretariou:** - *Esmeralda Emília Rebelo Fidalgo Pinto*
Jurista
- Hora de Abertura:** - **15:00 horas**
- Local da Reunião:** - **Paços do Concelho - Salão Nobre da Câmara Municipal**

Antes da Ordem do Dia

Voto de Pesar.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Proponho que façamos um minuto de silêncio pelas vítimas da guerra na Ucrânia. É uma forma de criamos laços de solidariedade entre os povos.

----- Todos os Senhores Vereadores se associaram ao Voto de Pesar, efetuando-se um minuto de silêncio.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Abertura da Reunião de Câmara.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Caras e caros Vereadores, Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, Dr.^a *Esmeralda Pinto*, público presente, boa tarde a todos.

Relativamente à pandemia, no concelho de Mirandela temos, atualmente, à data de 10/03/2022, 117 casos ativos.

Esta semana executamos o exercício de simulação “Movimento de Massa - Explosão e Deslizamento” na obra de ampliação da Zona Industrial de Mirandela, com a participação, para além do Serviço Municipal de Proteção Civil, dos Bombeiros de Mirandela e de Torre de Dona Chama, CDOS de Bragança, PSP e GNR de Mirandela, responsáveis e trabalhadores da obra, Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela e também o Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais, Unidade de Saúde Pública, Santa Casa da Misericórdia, Serviço de Veterinária, Divisão de Planeamento Estratégico e Diplomacia Económica - serviços de segurança, Divisão de Obras Municipais e Urbanismo e Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais.

Este foi um simulacro que decorreu na semana da Proteção Civil e serviu, acima de tudo, para testar os meios e a forma como há a articulação para prevenir e acionar a resposta das várias entidades em situações de emergência.

Ontem tivemos a visita da Embaixadora da Austrália, que visitou a nossa cidade e tivemos uma reunião em conjunto com a Associação Nacional de Jovens Empresários.

No âmbito do Turismo e da Gastronomia, Mirandela também esteve presente no Fim-de-Semana Gastronómico do Turismo do Porto e Norte de Portugal com foco na Alheira de Mirandela. Nove restaurantes do concelho acolhem esta mesma iniciativa nos dias 25, 26 e 27 de março.

Assinalamos também o Dia Internacional da Mulher e houve aqui uma manifestação de solidariedade com as mulheres ucranianas e com o povo ucraniano.

No âmbito da Agricultura e da Solidariedade, a Escola Profissional de Agricultura implementou o Programa “Hortas Comunitárias” que consiste na atribuição de talhões, priorizando pessoas e agregados familiares carenciados, famílias numerosas ou beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

No âmbito da Saúde, a Unidade Móvel de Saúde “+Saber +Saúde” já efetuou cerca de 5200 atendimentos em todo o concelho de Mirandela. Este projeto de proximidade com a população permitiu, ainda, o encaminhamento de 57 pessoas para os Serviços Locais de Saúde. A equipa da Unidade Móvel de Saúde, que engloba profissionais de saúde, possui todos os equipamentos essenciais para uma atuação de prevenção e vigilância da saúde dos nossos concidadãos.

No âmbito da Cultura, o Quarteto de Cordas Gil Teixeira Lopes marcou o arranque do Programa Cultural “Sons da Quaresma”, que foi promovido pela Câmara Municipal com o apoio da Santa Casa da Misericórdia.

A Câmara Municipal em conjunto com a comunidade ucraniana, que reside no concelho de Mirandela, alguns já com dupla nacionalidade, e com o apoio dos Bombeiros Voluntários, lançou dia 28 de fevereiro a primeira campanha de angariação de bens de primeira necessidade destinado ao País Ucraniano.

Relativamente a este aspeto queria também dizer que estamos a elaborar uma Estratégia Municipal de Acolhimento que vai envolver entidades, a Saúde, a Cruz Vermelha, os Bombeiros e também o envolvimento de todas as Juntas de Freguesia. Este plano estará pronto na próxima semana e será encaminhado para a Reunião de Câmara, meramente a título informativo.

No âmbito do Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, foi celebrado o Contrato dos Projetos no âmbito do Roteiro para o Desenvolvimento Sustentável das Terras de Miranda, Sabor e Tua. Foi no dia da nossa Assembleia Municipal. Garante um apoio financeiro de 750 mil euros para a criação de cinco redes de drenagem e uma ETAR no concelho, localizadas no Bairro da Ruiva, em Mirandela e nas aldeias de Bronceda, Lamas de Orelhão, Vale Maior e na aldeia de Passos, com a construção de uma ETAR, que era uma necessidade. O valor da contribuição do Fundo de Coesão é de 85%.

Também estão em fase de aprovação as candidaturas submetidas à assistência de recuperação para a coesão dos territórios da Europa, no âmbito da gestão de recursos hídricos, nomeadamente a estabilização de margens e requalificação de um troço da ribeira de carvalhais e da ribeira do mourel.

Teve lugar na Assembleia Municipal, como tiveram oportunidade de ver, uma proposta de ligação ferroviária de alta velocidade a Espanha com paragem em Mirandela, apresentada pela Associação Vale d’Ouro que também esteve representada na última reunião da CIM.

No âmbito das melhorias das acessibilidades da Praia Arquitecto Albino Mendo, procedemos à instalação de uma rampa de acesso, integrando uma estrutura metálica que permitirá melhorar as acessibilidades àquela área de lazer, em particular por parte de pessoas com mobilidade reduzida. Esta empreitada insere-se também no esforço do Município, no sentido de melhorar as condições de acessibilidade para todos e de que são exemplo, entre outros projetos, a criação de um elevador que está em execução no Centro Cultural de Mirandela e a adaptação de sanitários públicos, nomeadamente no Parque do Império, nos Tanques e também no Mercado Municipal.

Para já são as informações que temos, estamos disponíveis para as questões que quiserem colocar.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Boa tarde a todos. Cumprimento todos os presentes.

Solidarizar-me com todas as iniciativas que a Câmara teve em relação aos refugiados da Ucrânia. A esse propósito, louvamos a iniciativa da Câmara se associar à comunidade residente em Mirandela e perguntamos, relativamente aqueles refugiados, fui contactado nesse sentido, para colocar aqui essa questão, se a Câmara estaria disponível para prestar algum tipo de apoio e se já investigou se essas pessoas precisam de cuidados médicos, psicológicos, se precisam de bens, quer alimentares, quer roupas, Ação Social, tradutores. Em relação a tradutores haverá alguma facilidade, porque há uma comunidade residente cá. Pediram-me para trazer esse assunto até aqui e eu perguntava à Câmara se já foi ao encontro deles ou se está a pensar ir. Fazia esse pedido aqui. Se não foi, que tente ir ao encontro deles. São seis pessoas.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: São oito. Para já temos oito pessoas em Vale de Gouvinhas.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Estava a falar nos de Vale de Gouvinhas. Quem me mandou foram os de Vale de Gouvinhas.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Aqui há dois níveis. Há o apoio institucional e há redes privadas e redes de contactos pessoais que muitas vezes não passam pela questão institucional. Este plano estratégico vai prever tudo o que são estes apoios, porque é preciso, para já, fazer respostas de emergência, essa resposta de emergência é o acolhimento imediato, mas depois é preciso ter uma estratégia de sustentabilidade das famílias, não só sob o ponto de vista do conforto habitacional, mas também de emprego, formas de adaptação, de assistência médica.

Sabemos e temos todos a consciência que o Governo está a fazer esse trabalho burocrático, o Alto Comissariado para as Migrações, com quem temos tido algum contacto e também da parte dos ministérios está a haver esta articulação. No entanto, no que diz respeito a todos aqueles que têm famílias que residem em Mirandela e em Portugal, cada um dos Municípios que está a acolher deve ter uma estratégia para o seu acolhimento com o apoio de outras entidades. Por isso é que este grupo de trabalho da estratégia tem que ser multidisciplinar e tem que haver sempre um interlocutor, porque grande parte deles falam

bem inglês, mas há alguns que não têm essa competência de língua e, por isso, tem que haver sempre alguém que faça a respetiva tradução.

Sei que a família que está em Vale de Gouvinhas não fala inglês, portanto, neste momento, a Cruz Vermelha vai lá às 16 horas com uma pessoa amiga que é ucraniana que já está cá e fala bem, pelo que é também uma forma de manter ligações, porque sob o ponto de vista psicológico é muito difícil estar numa língua estranha e com pessoas desconhecidas. A família veio toda, as mulheres, são todas familiares, o espaço é muito condigno, é uma segunda habitação de um mirandense que vive fora e ele foi efetivamente buscar a família. Julgo que agora terá algumas carências e poderá ter a necessidade de, pelo menos, a fatura elétrica poder ser comparticipada, mas isso é uma questão que depois vamos ter no Plano Estratégico, porque isso tem que estar depois regulamentado, não só no Programa de Emergência Social e tentar enquadrar essas situações no nosso Programa de Emergência.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Até lá as pessoas já estão cá. A Ação Social estará atenta a isso.

Quanto às ações desenvolvidas no âmbito da pandemia COVID-19, nada a apontar. A Câmara tem feito o que é necessário fazer.

Em relação aos eventos gastronómicos, culturais, continuo um pouco desiludido por este ano não se ter feito no fim-de-semana em que é normal fazer a Feira da Alheira, sendo certo que nunca defendi que a Feira da Alheira fosse feita tal como era, que fosse uma semana cultural, que fosse um evento mais recheado. Vai haver o Festival, eu sei. No entanto, acho que é tardio, porque Valpaços já fez a sua Feira do Folar, Bragança fez a Feira do Botelo, nos Caretos de Podence também tinha uma série de produtos regionais promovidos. Os comerciantes falam muito nisso e temos de não ficar para o fim, temos que marcar a nossa agenda. Este ano já está assim, pedia que no próximo ano tivéssemos mais cuidado com isso e que realmente marcássemos nós a dianteira e a agenda, porque vêm pessoas ver as amendoeiras em flor, passam por aqui e depois de elas estarem floridas já não vêm cá.

O plano de acolhimento aos refugiados é uma excelente iniciativa, nomeadamente sendo multidisciplinar, que nós também apoiamos.

A construção das ETAR's, sabemos que a contribuição é 85%, há uma parte que caberá à Câmara Municipal. Perguntava se existe disponibilidade para fazer Miradeses, Cobro? Se essas também estão incluídas ou se ficamos só pelos casos que enunciou, porque, por exemplo, em Miradeses a água está a correr diretamente para o rio, portanto, é uma fonte de poluição e acho que também devemos atacar essas situações o quanto antes.

Quanto à proposta da linha de alta velocidade, não passa de uma proposta alternativa. As pessoas já comentam que a linha vai passar por cá. A linha não vai passar por cá. Há uma proposta de uma associação que fez um estudo, que fez uma proposta alternativa, não quer dizer que vá passar. Oxalá que sim.

Já que se está a olhar para as ETAR's, perguntava se também se está a olhar para o fornecimento de água, nomeadamente a Couços, Lamas de Orelhão e Vila Boa, porque sabemos que no pico do verão são muitas vezes fornecidas por camiões dos Bombeiros que vão abastecer essas aldeias e essas Freguesias. Num ano de seca, num ano de pandemia o que é que vamos fazer? Estive há dias em Couços e as pessoas veem com muita preocupação a falta de água, em Lamas de Orelhão a mesma coisa, em Vila Boa também. Gostava de saber o que se está a pensar sobre isso.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Nunca ficamos para o fim. Aliás, marcamos a agenda. A Feira da Alheira não foi possível realizar no fim-de-semana que estava contemplado, mas vamos realizar de forma inovadora um Festival Gastronómico da Alheira muito centralizado na alheira e temos juntamente com os interessados, ou seja, com todos os mirandenses, mas também com os produtores, projetos muito interessantes relativamente a esta matéria, envolvendo todos. A decisão foi tomada em conjunto, não foi uma decisão unilateral da Câmara, envolvendo outras entidades como Autoridades de Segurança e também com a Saúde Pública.

Relativamente às ETAR's e ao fornecimento de água de qualidade, ao longo das últimas décadas temos evoluído muito no fornecimento de redes de água. Todos nós sabemos que o fornecimento de água no nosso interior não é sustentável. Existem fundos municipais que pagam entre aquilo que paga o utilizador e aquilo que é pago às Águas do Norte. Portanto, temos sempre um défice de milhares de euros. Isso quer dizer que quando nós construímos uma rede de água, o número de utilizadores dessa rede é rentável ou não é rentável. Nós não somos. Porquê? Porque temos muitos quilómetros de rede e temos poucos pagadores para essa rede.

Julgo que se lembrará, referi aqui na Reunião de Câmara e é um dos assuntos mais discutidos pelos autarcas, que deveria haver uma solidariedade com os Municípios do interior. Nós temos mais território e menos pessoas.

Numa rua do Porto, nós, concentrados numa pequena área, temos mais pessoas a pagar água do que nós aqui em várias aldeias juntas. Portanto, nós não temos um sistema de água sustentável e em termos de saneamento, pelo que vai sempre haver défice. Isto para esclarecer que tudo o que é feito, relativamente à construção das ETAR's, que estamos a dar um passo significativo, e ao fornecimento de água, tem que ser feito de forma faseada e de forma a que vão sendo contempladas todas as populações. Os serviços técnicos têm uma palavra a dizer e aquilo que está a ser feito neste momento é aquilo que foi priorizado pelos Técnicos do Município.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Questões.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Queria falar em alguns temas, se calhar um pouco mais “quentes”. Tem a ver com a política de subsídios.

Do histórico dos subsídios que vêm sendo aprovados, mesmo antes de nós integrarmos este órgão, sabemos que têm sido aprovados subsídios, alguns já aprovados aqui, para churrasqueiras, para atribuição do prémio da cabra serrana, agora para a canoagem, para associações de caça e caçadores, para a APPACDM e nos que nós participamos, os que foram colocados a votação, tivemos todo o gosto em votar a favor, exceto um que votamos contra que foi o da ANCRAS.

Na última reunião perguntei se todos os pedidos de subsídios chegavam aqui ou não, se alguns ficavam pelo caminho, eram analisados e nem sequer chegavam aqui, nomeadamente os que são indeferidos. Essa minha pergunta não foi inocente, porque já sabia que havia pedidos que não estavam a chegar aqui à Reunião de Câmara. Como não estavam a chegar aqui e como gosto que situações idênticas sejam tratadas de forma idêntica, pergunto:

- O subsídio que foi pedido no dia 10 de janeiro pelo Lar de 3.ª Idade de Frechas vai ser pago em prestações?
- Vão ser feitas reuniões com os órgãos de gestão?
- Esse procedimento é feito para todas as entidades?

Já lá vão três meses, porque é que o subsídio demora tanto tempo a chegar à Reunião de Câmara? Vai ser aprovado? Não vai? Porquê?

Acho que Frechas e o Lar de Frechas, ajudar os idosos, acho que faz todo o sentido. Da mesma forma que se fazem apoios a associações de caça, construção de churrasqueiras, que nós votamos a favor, acho que esse ponto também deve ter uma atenção e um cuidado especial. Penso que o assunto tem estado a ser tratado com a Senhora Vereadora *Vera Preto* e gostava muito de saber qual é o andamento que vai ser dado a esse subsídio.

Em relação às questões financeiras da Câmara, sinceramente estou preocupado com as questões financeiras da Câmara, porque vemos que financeiramente na Câmara alguma coisa se está a passar e que será eventualmente até pior do que aquilo que estamos a pensar.

Sabemos que, recentemente, a Câmara pediu um adiantamento de verbas do IMI e do FEF, antecipar verbas de dezembro, de novembro para agora. Obviamente que se a Câmara pede antecipação de verbas é porque não tem dinheiro para gastar neste momento.

Decorridos que são um mês ou dois desde esse acontecimento, perguntamos:

- Em que foram gastos esses 3,2 milhões de euros?

Hoje já se sabe no que é que foram gastos. Pergunto:

- Esse dinheiro foi utilizado, por exemplo, para o pagamento dos transportes escolares das nossas crianças?

Sobre os transportes escolares, existe alguma dívida aos fornecedores desses transportes?

Sabendo nós que existem dívidas, porquê existirem atrasos tão grandes, nomeadamente a taxistas, empresas transportadoras? Porque é que esse atraso existe? Nós sabemos que existe.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Está a falar de quê?

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Transportes escolares. Pergunto também:

- Qual é a dívida ou qual é a responsabilidade da Câmara perante a CIM, nomeadamente no âmbito do pagamento dos transportes escolares?

- Mirandela está a pagar ou é com o dinheiro das outras Câmaras que se está a pagar os transportes aos meninos de Mirandela, porque Mirandela tem adiado ou falhado esses pagamentos?

Tenho também algumas questões a colocar sobre a Escola da Torre de Dona Chama. Pergunto:

- Na Escola da Torre de Dona Chama há água quente?
- Há quanto tempo não há água quente?

Ou melhor, pergunto se o problema já foi resolvido, porque o que nos chega é que há dois meses que essas crianças estão sem água quente, porque não se paga uma dívida de cerca de cinco mil euros à pessoa que vai fazer a manutenção. Pergunto se isso é verdade, se isso existe e se é admissível nos dias de hoje? Essa escola é também utilizada pelo Grupo Desportivo de Torre de Dona Chama que faz lá atividade física e também não têm água quente. Preocupa-me mais as crianças. Isso é verdade? Isso existe? Ou aquilo que nos chega dos pais é mentira?

Na execução dos fundos comunitários, estivemos a fazer uma análise prévia ainda muito preliminar, mas a análise que fizemos aponta para que haja alguma percentagem de não execução desses fundos que é considerável. Podemos estar a falar de uma perda de cerca de 2,5 milhões de euros que podem não ser aproveitados por a Câmara não ter capacidade financeira para entrar com a sua participação. Pergunto:

- Em termos de PAMUS, em termos desses fundos comunitários, quais são os fundos que vão ser perdidos, qual o montante, por falta de eventual capacidade de participação da Câmara Municipal de Mirandela?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Agradeço as questões que foram colocadas e passo a responder. Em primeiro lugar para o informar de que a Câmara Municipal de Mirandela é uma Câmara endividada. É uma Câmara que em 2017 tinha um passivo financeiro substancial. Contratualizamos, como sabe, em 2013, um empréstimo de 7,5 milhões de euros e, portanto, o endividamento municipal sempre esteve muito acima daquilo que foi considerado saudável.

Temos obviamente dívidas grandiosas e temos também que equilibrar entre aquilo que é o investimento e aquilo que é a dívida. Ou seja, na execução de fundos comunitários, como sabe, há uma participação nacional, participação essa que tem de ser assegurada pelo Município.

Em segundo lugar, mesmo em questões relacionadas com o endividamento, a Câmara de Mirandela conseguiu nos últimos quatro anos fazer investimentos, não conseguimos fazer tudo, mas conseguimos fazer investimentos que consideramos

prioritários. Portanto, consideramos que da parte do Executivo houve sempre a preocupação em satisfazer as necessidades das pessoas, apoiar as associações, apoiar as comunidades, criando desenvolvimento económico, social e todo o tipo de apoio que pudemos fazer.

Relativamente às políticas de apoio, dizer que todos os pedidos que chegam à Câmara Municipal são efetivamente analisados. Não admitimos sequer que haja aqui uma forma encoberta de tentar responsabilizar ou tentar dizer que há da nossa parte tratamento desigual...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Não disse isso, Senhora Presidente.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: ... a situações iguais.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Que tenha “enfiação a carapuça” é outra coisa, mas não disse isso.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Se me deixar acabar, eu agradeço.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: É abusivo tirar essas conclusões.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Foi a minha interpretação.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: É abusiva.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Quero dizer-lhe que em relação ao Lar de Frechas, o primeiro contacto que foi estabelecido com a Câmara Municipal foi relativamente a um apoio que tinha sido dado há muitos anos, antes de 2017, um apoio anterior a 2017, que seria para resolver problemas, julgo eu, de infraestruturas relativamente ao Lar.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Mas agora não é.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Relativamente a essas questões infraestruturais e teria sido alegado que existiria um apoio extraordinário dado, à data, na Reunião de Câmara para a realização dessas obras. Este é um tipo de apoio que está a ser analisado.

É preciso que o Senhor Vereador saiba que todos os pedidos de apoio têm que ser cabimentados antes de vir aqui. Para ser cabimentados é preciso haver essa verba cabimentada e é preciso ser feita a análise técnica relativamente a cada pedido.

Relativamente às questões financeiras da Câmara, alguma coisa se está a passar, isso é verdade. Está a passar-se muita coisa. O que se está a passar é que estamos com um volume de obras significativo e um pagamento a fornecedores de forma a podermos equilibrar tudo o que é o investimento, porque se temos obra temos que pagar e para pagarmos temos que ter fundos disponíveis e os fundos disponíveis, como sabe, têm que ser calculados e são feitos com cálculos dos anos anteriores pela DGAL. Por isso é que foi feito o pedido de adiantamento por questões de execução.

Em relação aos transportes escolares e à responsabilidade da Câmara com a CIM-TTM, a Câmara de Mirandela não precisa que ninguém da CIM pague os transportes escolares das crianças.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Mas está a acontecer.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Não, não está a acontecer. O que aconteceu foi que eu solicitei à CIM que nós íamos pagar os meses - já foi pago - que estavam em falta à CIM. Foi só o que aconteceu.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Então é zero. A dívida é zero neste momento?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Senhor Vereador, posso terminar? Aquilo que lhe posso dizer é que não existe na CIM nenhuma desconfiança em relação à Câmara de Mirandela. Bem pelo contrário. Nós somos de boas contas.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Ninguém falou disso, Senhora Presidente.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Até estamos a pagar contas antigas. Portanto, quanto à relação da Câmara com a CIM, não vale a pena tentar criar aqui um problema que não existe, porque não existe problema nenhum com a CIM e com a Câmara de Mirandela. Bem pelo contrário. Até lhe posso dizer mais. Existe, sim, uma dívida da Associação de Municípios a outra empresa, Resíduos do Nordeste, mas já tem muitos anos. Não estamos a falar de 20, 30 ou 40 mil euros, estamos a falar de cerca de 400 mil euros. Se quer saber de dívidas, podemos falar de dívidas. Não é chegar aqui e dar a ideia que a Câmara de Mirandela é má pagadora. Nós temos pago dentro das nossas possibilidades e não existe desconfiança nenhuma em relação à CIM e aos outros colegas da CIM.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Ninguém falou nisso.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Há Municípios que têm saúde financeira, é verdade, e há Municípios que não têm saúde financeira. Quem está a gerir o Município não pode pôr em causa investimentos por dívidas, porque nem é dívida que seja avultada nem é dívida incobrável. Nós temos dívida incobrável, isso sim.

Relativamente à Escola de Torre de Dona Chama, vou tentar saber o que é que se passa com a água quente. Todos os procedimentos que são pedidos pelas escolas são imediatamente resolvidos. Portanto, neste momento, não estou em

condições de lhe dizer se há ou se não há água quente, mas vou saber junto da Divisão de Educação se foi reportada alguma questão.

Quanto aos fundos comunitários, como sabe e tenho dito isso nas Reuniões de Câmara e em Assembleia Municipal, também outras Câmaras têm o mesmo problema, tivemos muitos concursos desertos e não podemos executar se não temos empreiteiros a concorrer.

Felizmente, ultimamente temos avançado com muitas obras, também tivemos que subir o preço da obra. Por exemplo, quanto ao Centro Municipal de Proteção Civil, que vai iniciar agora, duplicamos a verba que eram cerca de 200 mil euros e conseguimos adjudicar por 500 mil euros. Isso faz com que caia no orçamento municipal. Portanto, não vamos deixar de executar por falta de verbas disponíveis. Tem que haver um esforço grande, atentos também a empréstimos que temos que garantir e pagar, atentos à dívida das Águas do Norte, atentos ao pagamento dos resíduos. Tem que se fazer um esforço significativo para conseguirmos honrar os nossos compromissos com os nossos parceiros, com os nossos fornecedores e, por outro lado, não deixar de investir naquilo que é necessário e obrigatório nós investirmos. Isso tem muito a ver com a estratégia do Município de Mirandela não ficar para trás nos investimentos.

Ainda hoje tive a oportunidade de ir à Estação Ferroviária. Está a fazer-se ali uma obra com muita qualidade, mas que tem um custo significativo. Obviamente que é comparticipada, mas todo o dinheiro que é comparticipado tem que ser pago antes para fazer os mapas de medições para poderem ser feitos pedidos de pagamento à Câmara. Neste momento, a Câmara está com muitas obras em execução. Isso faz com que os nossos fundos disponíveis não cheguem para suportar o custo das obras. Muitas das Câmaras têm estado a recorrer ao Banco Europeu de Investimentos para que consigamos executar e não sobrecarregar as verbas da Câmara.

Estamos a analisar tudo aquilo que podemos fazer sem privar os mirandenses de melhorias de qualidade de vida.

----- O Senhor Vereador *FRANCISCO CLEMENTE* disse: Boa tarde a todos. Voltando ao assunto da Escola de Torre de Dona Chama, gostaria de perguntar o seguinte: tenho conhecimento que no ano letivo 2020/2021, já no final do ano letivo, a Escola de Torre de Dona Chama recebeu lá uma comitiva da Câmara Municipal. Essa comitiva teve o objetivo de fazer o levantamento de necessidades dessa escola. Gostaria de saber, desde então até à data de hoje, o que é que foi feito de melhorias na Escola de Torre de Dona Chama.

Outra questão que gostaria de colocar, também é preocupante, uma vez que foi antecipado 3,2 milhões de euros do final do ano para agora, será que o subsídio de natal dos trabalhadores da Câmara não estará comprometido?

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Em relação à Câmara estar endividada, vimos todos que em agosto/setembro dizia-se que a Câmara tinha feito um trabalho extraordinário de redução de dívida e realmente chegou-se à constatação que fez um trabalho de redução da dívida, porque as receitas tinham aumentado significativamente.

Lembro à Senhora Presidente que estamos a falar de uma Câmara que tem um orçamento muito superior ao de Bragança. 46 milhões de euros quando Bragança tem cerca de 43 milhões de euros.

Quanto às grandes obras, aos grandes projetos de investimento, ninguém em Mirandela vê um projeto de futuro a 10 anos, obras que nos projetem para isso. É a Estação? Onde é que estão as outras obras? Quem as vê? Quantas estão concluídas? Não há. Não há obras nenhuma. Não há investimento em obras nenhuma, à parte da Zona Industrial.

Relativamente à cabimentação das despesas, sabemos muito bem essas regras e até sabemos quando as obras são lançadas que tem de existir uma verba já destinada a essas obras. Para onde foi essa verba que estava destinada a essas obras para agora ser um motivo que justifique isto? As obras quando são feitas, quando alguém faz um projeto é feito esse trabalho de financiamento e de existência de verbas disponíveis para realização dessas obras.

Já que se têm feito tantas obras, Senhora Presidente, tem passado pela Zona Verde? Tem passado por Vale Pereiro? Tem passado por Vale de Lobo? Tem passado pelas estradas que foram construídas antes das eleições e que ficaram por acabar?

Numa Reunião disse-me que as guardas da Estrada de Regodeiro estavam a ser postas. Passei lá e não há guardas nenhuma.

Tem a noção de quantas obras estão desertas, que estão a meio, em que os empreiteiros estiveram e que abandonaram as obras? No sei porquê. Aquela da Zona Verde está à vista de toda a gente. Basta essa. Acho que se essa obra foi lançada e tinha receita já atribuída ou então...

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Já explico o que se passou com a obra da Zona Verde.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Mas são muitas. Há mais, não é só essa.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: A Dr.ª *Esmeralda* sabe o que se passa com a obra da Zona Verde.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Então esclareça as pessoas, porque há mais. Há um problema qualquer, mas esse problema não justifica tudo. Há um problema, eu sei que há um problema, mas esse problema não justifica tudo. Se havia esse problema, não há como falar claro às pessoas.

Em relação às ETAR's e aos serviços de água, os serviços técnicos têm uma palavra a dizer. De facto, os serviços técnicos têm uma palavra a dizer, mas eu volto-lhe a dizer que não é bonito invocar os serviços técnicos ou os trabalhadores da Câmara para justificar o que quer que seja. Aqui há uma responsabilidade política e a responsabilidade política é sua.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Não precisa de dizer, eu sei.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Então não se desculpe com os trabalhadores da Câmara

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Não estou a desculpar, só estava a informar. Tenha calma, Senhor Vereador. Não vale a pena entrar por aí. Isso são acusações que não vale a pena entrarmos por aí.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Não interprete as coisas assim.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Não vale a pena. Sabe porquê? Porque estamos aqui todos a fazer o nosso melhor, nós todos. Também acho que o Senhor Vereador faz o seu melhor, chamando a atenção para determinadas coisas e eu agradeço que o faça. Agora, a nível acusatório...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Não acusei ninguém. Estou a falar de coisas da Câmara, Senhora Presidente. Não se vitimize.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Não estou a vitimizar. Só estou a tentar explicar e informar que é natural que o Senhor Vereador em relação a alguns aspetos não tenha a informação toda.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Compreendo que seja incómodo, que não queira ouvir...

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Não é nada incómodo. Nós gostamos muito de esclarecer, porque se, de facto, existem oportunidades de melhoria, vamos fazê-las e implementá-las, mas terá que compreender que, no que diz respeito à gestão camarária, há coisas que ultrapassam a nossa capacidade de resolução e uma delas é a questão da Zona Verde. Tudo tem sido feito para concluir a obra e a responsabilidade nem sequer é do empreiteiro, nem sequer é da Câmara. Já lhe vou explicar o que se passou na obra da Zona Verde.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Em relação aos pedidos de apoio, quero que a Senhora Presidente saiba que os assuntos que trago aqui são sempre assuntos do interesse da Câmara e dos mirandelenses. Portanto, tudo o que é pessoalizar a coisas, entrar-se por aí quando não se tem defesa, quando não se tem defesa possível.

Em relação aos pedidos de apoio, sabemos que tem de haver cabimentação. Também já ouvi dizer, na reunião de Assembleia Municipal, que tem de se retirar dinheiro ao investimento para muitas vezes ocorrer a essas situações. São argumentos que não colhem, porque a Câmara deve ter nas suas verbas, no seu orçamento uma rubrica para acudir a estas situações. Tanto é que em alguns casos, acode, noutros não. Agora, se me pergunta se temos estado atentos à data dos pedidos e à data em que eles são despachados, isso temos e nenhum dos pedidos que nos passaram pela mão demorou três meses. A partir daí, isso são factos.

Relativamente às obras, quando se fazem obras realmente tem que existir verba logo desde o início, senão as obras nem podem ser feitas. Portanto, essa desculpa também não colhe.

Também ninguém aqui falou e eu peço-lhe que, nós já sabemos que usa muito isso, não entre por questões de confiança ou desconfiança. Ninguém aqui falou em que as outras Câmaras desconfiavam da Câmara de Mirandela. Sou eu que lhe estou a dizer que existem compromissos perante a CIM que não estão a ser cumpridos. Sou eu. Ninguém falou. Ninguém das outras autarquias se pronunciou sobre esses temas. Portanto, não tentemos confundir as pessoas com coisas que não têm razão de ser.

Quanto ao Município que tem muitas contas para pagar, é fácil de justificar isso. Todos sabemos que há obras que são feitas à pressa em determinadas alturas e há obras que são feitas à pressa que custam três vezes mais. Sabemos que a Câmara, por exemplo, também tem dívidas por cobrar de 1,7 milhões de euros e que não está a fazer nada para as cobrar. Também sabemos que houve uma redução da dívida, e bem, por força do aumento das receitas, não do investimento, porque o investimento em Mirandela, com exceção da Zona Industrial e da Estação não existe mais nada. Portanto, dizer que há muita obra em execução, peço à Senhora Presidente que nos enumere quais são as obras que iniciou e concluiu no seu mandato anterior ou que estão em curso e que serão concluídas no prazo de um ano ou dois.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Para responder de forma muito objetiva àquilo que é questionado, dizer que, de facto, houve uma visita à Escola de Torre de Dona Chama, como é natural e normal. Tudo aquilo que foi solicitado foi devidamente anotado pela Senhora Vereadora. Eu não sei concretamente. Havia lá um problema de uns estores que foram substituídos e de iluminação interior e exterior. Julgo que foi o Técnico *Paulo Verdelho* que foi fazer a análise disso. Portanto, aquilo que lhe posso dizer é que todas as situações reportadas são respondidas de forma urgente e imediata se for possível.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Podemos ter acesso ao relatório do levantamento que foi feito?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Podem. Acho que sim, que a Divisão de Educação pode dizer aquilo que foi feito. Não foi uma comitiva, foi uma visita à Escola de Torre de Dona Chama no anterior mandato. Temos que verificar e pedir à Divisão para dizer aquilo que foi feito de investimento ou de resolução de problemas.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Agradecemos que nos enviem.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Relativamente ao subsídio de natal, essa é uma das questões que tem de estar garantida em relação a todos os trabalhadores.

Quanto à redução da dívida, quando o Senhor Vereador fala da questão da receita, estamos a falar que nós, com a redução do IMI e do IRS, calculamos - são dados públicos - uma receita significativa de IMI que com a redução de IMI faseada, como foi um dos compromissos, efetivamente diminuimos as receitas, comparativamente com aquilo que podia ter sido se não tivéssemos diminuído.

Em relação ao orçamento, a verdade é que o orçamento inscreveu rubricas, este é um ano muito exigente, sob o ponto de vista financeiro e quando se fala em que não há obras e não há investimento, podemos ter opiniões diferentes. Eu respeito a opinião do Senhor Vereador, posso não concordar e não concordo. Julgo que há, de facto, um grande volume e nós vemos até pelos próprios serviços. Estou a falar em investimento privado e em investimento público. Não estou só a falar em investimento público, também falo em investimento público e falo em investimento privado, falo nos dois.

Relativamente ao financiamento, às verbas disponíveis e tudo aquilo que pode ser feito, tenho que lhe garantir que existem fatores que são externos, até a Portugal, não é só a nós.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Eu sei, Senhora Presidente. Como deve calcular, eu sei.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Acredito que saiba, mas tenho o direito de o dizer também. Agora estamos a assistir ao aumento do gasóleo, mas existem obras que estavam calculadas, termos um montante disponível para uma obra de 200 mil euros e ficar três vezes mais do que aquilo que estava inicialmente previsto. Portanto, existem fatores externos que têm de estar acautelados, sob o ponto de vista orçamental, como saberá.

Relativamente à Zona Verde, efetivamente esta obra está parada, porque entramos em fase de negociação e adquirimos uma parcela de terreno de um dos proprietários, era o maior, e estivemos em fase de negociação com os outros dois lotes. Um deles era uma herança indivisa que pertencia a vários proprietários, um deles nem sequer está em Portugal. Era muito difícil chegarmos a acordo, questões familiares e, portanto, tivemos que avançar com a expropriação. O processo de expropriação demorou algum tempo, porque tem que ir à DGAL, aliás, foi um processo instruído pela Dr.ª *Esmeralda*. Neste momento, já estão publicados em diário da república.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Então eu pergunto: porque é que se começa a fazer uma obra havendo essas incertezas?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Senhor Vereador, tivemos obras que foram iniciadas, feitas e concluídas em terrenos cuja propriedade não é da Câmara Municipal.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Não devia fazê-lo.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Não fui eu que fiz. É anterior Executivo...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Justificar com os anteriores e fazer o mesmo...

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Não estou a justificar, só estou a dizer, Senhor Vereador, que a execução de qualquer obra tem que ser ...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Não devia fazê-lo.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Em primeiro lugar, porque havia a expectativa de que poderíamos chegar a acordo. Em segundo lugar, a grande parte da obra foi feita. Portanto, temos que aumentar a execução. O Senhor Vereador até se contradiz. Se, por um lado, diz que não executamos e se, por outro lado, está a dizer que devemos esperar até resolução completa de todos os problemas, então não estamos a falar das mesmas coisas. O que estou a dizer é que iniciamos a obra na perspetiva e na expectativa de que pudéssemos efetivamente chegar a um acordo negocial, como aconteceu com outras situações e há obras cujos processos de negociação com os proprietários leva-nos a haver muita demora. Estou a falar, por exemplo, da obra Eng.º Camilo de Mendonça que é uma obra que vai começar e que já tivemos duas avaliações e várias negociações com vários proprietários. Portanto, são situações que por si só são demoradas.

Nessa situação, efetivamente a situação até passou por mim, tínhamos a perspetiva de que iríamos chegar a bom porto. Não conseguimos e avançamos imediatamente com a expropriação.

Relativamente a todas as outras questões, as estradas que se iniciaram antes da campanha ou estão em fase de colocação do tapete que, como sabe, só pode ser colocado com temperaturas superiores a 10 graus. É previsível que se comece agora a fazer os tapetes. Temos a expectativa de colocar o tapete logo que haja condições atmosféricas.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse: Boa tarde a todos. Respondendo ao Senhor Vereador, de facto, essas questões são importantes até para que se possa fazer chegar a informação a toda a população. Nós conseguimos que a pavimentação da estrada de Rego de Vide ficasse concluída, porque tivemos a sorte da temperatura que veio a favor.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Esteve quase para não se conseguir acabar, ainda arriscamos dois ou três dias.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse: Estivemos no limite. Salientar aqui a colaboração do empreiteiro e da nossa equipa técnica da Câmara, porque andamos com os instrumentos a garantir que do ponto de vista técnico estava a ser bem executada, por isso, conseguimos que ficasse concluída.

Em relação às outras duas obras, os trabalhos nunca estiveram parados. Reafirmo que os trabalhos das guardas da obra de Rego de Vide continuam e que o empreiteiro está a continuar a implementar as guardas dessa obra.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Passei lá há dias e não as vi, não estão lá.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse: Para que sejam colocadas as guardas há a colocação dos suportes e tudo isso.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Não está lá ninguém, Senhor Vereador. Passe por lá. Eu vou lá, costume ir a esses sítios com frequência. Não estão a ser postas. Se o empreiteiro vos disse que sim, estão-vos a enganar, porque não estão. O alcatrão nota-se que há um sítio onde foi posto e depois falha. Isso também não falei. O que eu perguntei foi das guardas, porque eu sei dessas questões da temperatura, sei disso tudo. Agora, na altura, numa reunião anterior o que foi dito foi que estavam a pôr as guardas, que estavam lá. São virtuais, porque ninguém as vê.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse: Estão a ser feitos trabalhos para a aplicação das guardas e estão a ser criadas condições para que as guardas sejam colocadas.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Nem sequer foi o empreiteiro que me deu a informação. Quem me deu a informação até foi a Senhora Presidente de Junta. Estava a falar com ela e perguntei-lhe como estava a situação da estrada. Uma das preocupações que tivemos foi no cadernos de encargos colocar guardas. Aquela estrada nunca teve guardas. É uma estrada com um declive acentuado, todos nós que passamos por lá sabemos que é assim. Portanto, as guardas eram fundamentais. Foi a Senhora Presidente que me disse que já tinha ido lá o empreiteiro para colocação das guardas.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse: Em relação à obra de Alvites, a mesma coisa. Estão criadas as condições para que quando haja condições para aplicar o alcatrão, o mesmo seja colocado.

Houve aqui que acautelar o interesse do Município, acautelar o interesse das populações a médio/longo prazo, porque queremos que o trabalho seja bem feito.

Os Senhores Presidentes de Junta têm feito esse trabalho connosco, de informação das populações e até à data temos tido uma colaboração exemplar, de compreensão por parte das populações. Não foi possível pôr o pavimento em todas ao mesmo tempo, como gostaríamos.

Em relação à questão do Parque Dr. José Gama, está tudo articulado com a empresa Anteros, neste caso, foi a empresa que está a executar a obra para que quando o tempo nos permitir, fazer. Aliás, este assunto já foi tratado aqui pela Senhora Presidente, julgo que numa das reuniões anteriores.

Relativamente ao volume de obras que estão em curso ou que estão em adjudicação, o volume é significativo, são na ordem dos 20 milhões de euros e, de facto, o Município está a fazer um esforço de forma a que dos 20 milhões de euros venha um milhão de euros do POSEUR, venham mais alguns milhões de euros de outros programas em que estamos a fazer candidaturas, mais 1,7 milhões que estamos a candidatar do PRR para uma creche, mais alguns milhões que estamos a candidatar a nível do PRR para habitação social. Ou seja, isto é, de facto, a vontade do Executivo e temos tido, nessas matérias, o vosso contributo nas decisões em Reunião de Câmara, para que Mirandela tenha essa captação de investimento.

A nossa realidade é que as receitas são muito curtas. Mensalmente recebemos um valor que vem do Fundo de Equilíbrio Financeiro, não temos receitas extraordinárias que muitos Municípios têm, por exemplo, do Turismo, do tecido empresarial, da derrama. De facto, as receitas são muito curtas. Por isso, os 3,2 milhões de euros que antecipamos foram 3,2 milhões de euros de fundo, nós não gastámos 3,2 milhões de euros. Ou seja, ao longo do ano de 2022 prevemos investir 46 milhões de euros e se fizéssemos 46 milhões de euros a dividir por 12 meses daria um valor igual para cada um dos meses. O que aconteceu não é assim. Nós tínhamos o segundo semestre tecnicamente com a possibilidade de gastar por mês o dobro daquilo que gastámos no primeiro trimestre ao ano. O que pedimos à Câmara foi que nos permitisse no primeiro semestre gastar o mesmo ou próximo daquilo que vamos gastar no segundo semestre. Porquê? Porque é neste semestre que estamos a ter um impacto financeiro para lançar as obras e para ir pagando as obras.

É verdade que a Senhora Presidente em honra da transparência e os Senhores Vereadores têm feito parte dessa solução, temos uma pressão financeira grande. É verdade, porque se temos uma receita que é curta, como referi, e temos uma dívida a fornecedores de 13 milhões de euros, que era em 2017 quase o dobro, de facto, conseguiu-se de 2017 para cá passar de 20 milhões de euros para 12 milhões de euros e é expectável...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Não se passou de 19 milhões de euros para nove milhões de euros?

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse: À data de hoje.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: O Senhor Vice-Presidente *Orlando Pires* está a falar com as participadas. As participadas são empresas municipais, a AIN, a Metro, em que nós temos dívida.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Eu sei, mas o que estou a dizer é que, na altura, lembro-me que nos debates sempre se falou em 19 milhões de euros para nove milhões de euros.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: 18 milhões de euros para nove milhões de euros. Era metade.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse: Mas hoje são 12 milhões de euros. Senhor Vereador, repare. Hoje temos 12 milhões de euros, mas temos as escolas requalificadas, temos o Santuário de Nossa Senhora do Amparo requalificado, ou seja, o património...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Isso já vinha de antes.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse: Mas foi pago com isto.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Mas já tinha verbas alocadas.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse: Não. Nós tínhamos...

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: A obra só termina quando é paga.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Sim, mas quando se lança a obra, por exemplo, a Zona Industrial, quando é lançada a Zona Industrial há uma verba que tem de ficar adstrita.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse: Mas temos que ter a receita.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Quando se lançam as obras, as obras têm que ter uma verba atribuída.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: É uma previsão. Depois até pode haver trabalhos a mais, não quer dizer que haja.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Quando foi na altura do pedido dos 3,2 milhões de euros não foi isso que foi aqui dito. Foi aqui dito que havia obras plurianuais que vinham de há vários anos que era preciso pagá-las, que havia compromissos que era preciso assumir. Isso foi dito aqui.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Isso tem a ver com os fundos disponíveis. Os fundos disponíveis não é a verba, não é dinheiro. É o valor máximo que podemos gastar naquele mês.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Mas isso eu sei.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Que é calculado nos anos transatos.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Se estamos a antecipar agora essa possibilidade, se estamos a pedir para...

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Não é dinheiro, entende?

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Eu sei, mas se está...

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: É o limite máximo que podemos gastar. Aquilo que aconteceu, provavelmente, nos anos anteriores, dos fundos disponíveis, é que executamos mais no segundo trimestre e neste primeiro trimestre estamos a gastar mais, porque houve muitas obras que transitaram para 2021.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Lá está. Para gastar. O que se gasta é dinheiro. É isso que eu estava a dizer.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Estamos a gastar mais, mas não é dinheiro, são fundos.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Não interessa.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Quando perguntam “onde é que gastam esse dinheiro?”. É o limite dos fundos.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Isso sei, eu entendo.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse: Se a Senhora Presidente me permite, tenho uma nota para ficar esta informação nos Senhores Vereadores que é a questão dos pagamentos aos fornecedores. Devemos aos bancos cerca de 5,6 milhões de euros e devemos a fornecedores seis milhões de euros. Significa que estamos a pagar os meses de novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, março. Qual é a nossa forma de fazer os pagamentos aos fornecedores? É pela ordem de emissão da fatura. Ou seja, quem tem faturas pendentes do mês de novembro, ao pagarmos o mês de novembro, pagamos a todos pela ordem em que está. No mês de dezembro a mesma coisa. Significa que, porventura, pode acontecer que alguns dos prestadores de serviços, seja táxis, seja transportes escolares, seja o que for, nós não devemos a essas pessoas, nós devemos a fornecedores no global. Se existem faturas de taxistas ou transportes escolares referentes a novembro que ainda não foram pagas, o mesmo acontece com outros fornecedores, como sejam de tijolo, etc.. Não há nenhuma discriminação positiva nem negativa em relação aos fornecedores. Nós procuramos é ter uma política de coerência e de equidade para todos e procuramos que o prazo de pagamento seja o mais curto possível, daí que a Senhora Presidente disse que, em função desta conjuntura nacional e internacional, é difícil para os fornecedores aguentarem mais tempo...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Primeiro era a COVID, agora é a guerra da Ucrânia.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse: A questão não é essa.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Não vamos mexer com essas coisas.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse: A questão é mesmo essa. A Câmara...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Senhor Vereador, não é isso. É incompetência. Porque realmente estar a justificar isso com o que vai acontecer, com o que vai acontecer para a frente, com a guerra, com o aumento das matérias-primas...

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Não vale a pena.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: ... vai acontecer para todos os Municípios. E por aqui me fico.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse: Eu gostava só mesmo de dizer...

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Não vale a pena. Peço desculpa. Já está tudo respondido. Agradeço a vossa participação.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Ordem do Dia

01 – Órgãos da Autarquia (OA).

01/01 – Atividade do Posto de Comando Operacional – COVID-19.

----- Foi presente uma Informação subscrita pela Coordenadora Municipal de Proteção Civil *Maria Gouveia* em 05/03/2022, com o seguinte teor:

“POSTO DE COMANDO OPERACIONAL DE MIRANDELA

RELATÓRIO DE ATIVIDADE

14 de fevereiro a 04 de março de 2022

Em conformidade com a evolução epidemiológica da doença COVID-19 no concelho de Mirandela, têm vindo a ser adotadas diversas medidas cuja efetivação tem como objetivo a contenção e a mitigação da propagação do vírus SARS-CoV-2. Nesse sentido, desde o dia 16 de março, que o Posto de Comando Operacional de Mirandela tem estado ativo, sito no Pavilhão B da Reginorde, tendo, no dia 8 de junho, sido transferido para o Edifício da Cadeia Velha.

Entre os dias **14 de fevereiro e 04 de março de 2022**, as atividades realizadas no Posto de Comando Operacional compreendem:

ATIVIDADE	DIAS	OBSERVAÇÕES
Reunião com a DDCTS (Serviço de Eventos)	14/02	- Procedimentos COVID-19 face à possibilidade de realização da Feira da Alheira 2022
Reunião com a Divisão de Educação, Ação Social, Desporto e Juventude (Serviço de Desporto)	16/02	- Procedimentos face à realização de evento de canoagem “Campeonato Nacional de Fundo”
Reunião com a Comissão Municipal de Proteção Civil	04/03	- Apresentação das atividades realizadas em 2021 no âmbito da gestão da doença COVID-19
Leitura e interpretação de legislação	14/02 a 04/03	- Resolução de Conselho de Ministros n.º 25-A/2022 de 18 de fevereiro - Decreto-Lei n.º 23-A/2022 de 18 de fevereiro
Promoção da realização de testes antigénio COVID-19	14/02 a 04/03	No contexto pandémico atual, mais favorável, e em conformidade com o disposto no ponto 1 do artigo 4.º da Resolução do Conselho de Ministros n.º 25-A/2022 de 18 de fevereiro, foi aceite a proposta de realização de testes de diagnóstico de SARS-CoV-2 apenas aos trabalhadores afetos aos estabelecimentos de educação pré-escolar, a partir de 07/03/2022. 21/02: - 198 Trabalhadores do Município

		25/02: - 01 Trabalhadora do Município
Apoio à realização da Feira de Mirandela (Reginorde)	17/02 24/02 03/03	- Sensibilização e informação para a utilização correta da máscara e higienização das mãos - Desinfecção das mãos
Cumprimento do Plano de Desinfecção	14/02 a 04/03	Inserido no Plano Municipal de Contingência para o Novo Coronavírus
Apoio à Unidade Local de Saúde do Nordeste: - Centro de Saúde I - Centro de Saúde II	14/02 a 04/03	- Disponibilização de meios humanos (1 Trabalhador) para apoio logístico no Centro de Rastreio COVID-19 - Contacto com presidentes de junta de freguesia para identificação de pessoas com contactos esporádicos nos Centros de Saúde - Transportes para vacinação: - Transporte de três pessoas (Avidagos e Vale de Gouvinhas) para vacinação COVID-19, pela Câmara Municipal - Transporte de duas pessoas (Suçães e Cachão) para vacinação COVID-19, pelos Bombeiros Voluntários de Mirandela - Transportes para teste à COVID-19: - Transporte de três pessoas para realização de teste à COVID-19 no Hospital Terra Quente, pelos Bombeiros Voluntários de Torre de Dona Chama
Envio de informação relacionada com o êxodo COVID-19	---	- Registo e envio de informação para a PSP, GNR e ULSNE
Contactos com diversas individualidades / entidades	---	- Unidade de Saúde Pública - PSP - GNR - Bombeiros - Presidentes de Junta de Freguesia - Trabalhadores do Município
Distribuição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI)	---	- Trabalhadores do Município
Gestão de email disponibilizado para apoio aos Municípios		
Identificação e colmatação de necessidades por edifício municipal e consequente implementação de medidas preventivas de propagação da doença COVID-19: colocação de dispensadores de álcool gel, fornecimento de máscaras para o atendimento ao público		
Distribuição e registo de Equipamentos de Proteção Individual a Chefes de Divisão e Encarregados, tais como, garrações de 5 litros de álcool gel, luvas de nitrilo, dispensadores de parede, dispensadores automáticos, máscaras cirúrgicas, entre outros		
Distribuição de 07 Kit de Emergência Alimentar e de Higiene		

Entre os dias **14 de fevereiro e 04 de março de 2022**, as equipas que exerceram funções no Posto de Comando Operacional foram as seguintes:

SEMANA	CÉLULA DE PLANEAMENTO	CÉLULA DE LOGÍSTICA	CÉLULA OPERACIONAL
14 a 18/02	<i>Maria Manuel Gouveia</i>	<i>Ana Rita Videira</i> <i>Betina Teixeira</i> <i>Manuela Teixeira</i> <i>Matilde Machado</i> <i>Valéria Calé</i> <i>Vanessa Morais</i>	<u>Motoristas:</u> - <i>José Castanheira</i> <u>Apoio geral:</u> - <i>Armando Cepeda</i> - <i>Cidália Pinto</i> - <i>Edgar Trigo</i> - <i>Florbela Pires</i> - <i>Lurdes Pinto</i> - <i>Manuel Vilarinho</i>

21 a 25/02	Maria Manuel Gouveia	Ana Rita Videira Betina Teixeira Manuela Teixeira Matilde Machado Valéria Calé Vanessa Morais	<u>Motoristas:</u> - José Castanheira <u>Apoio geral:</u> - Armando Cepeda - Cidália Pinto - Edgar Trigo - Florbela Pires - Lurdes Pinto - Manuel Vilarinho
28/02 a 04/03	Maria Manuel Gouveia	Ana Rita Videira Betina Teixeira Manuela Teixeira Matilde Machado Valéria Calé Vanessa Morais	<u>Apoio geral:</u> - Armando Cepeda - Cidália Pinto - Edgar Trigo - Florbela Pires - Lurdes Pinto - Manuel Vilarinho

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

01/02 – Justificação de Faltas.

----- A Jurista *Esmeralda Pinto* autorizada a intervir, disse: A Senhora Vereadora *Nélia Alexandra Pires Pinheiro* não pode estar presente por motivos profissionais.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a falta da Senhora Vereadora *Nélia Alexandra Pires Pinheiro*.

01/03 – Informação Financeira.

----- Informar-se o Executivo Municipal da seguinte Informação Financeira com data de reporte de:

- 01 de janeiro a 31 de janeiro de 2022:

Descrição	Valores em €
1.º Saldo Transitado de 2020	301.127,31 €
2.º Receita Cobrada	2.008.059,33 €
3.º Despesa Paga	1.483.928,46 €
4.º Saldo de Tesouraria	825.258,18 €
5.º Dívida a Instituições Bancárias	5.639.378,77 €
6.º Dívida a Fornecedores, Empreiteiros e outras Entidades	6.068.799,59 €

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

01/04 – Informação Financeira.

----- Informar-se o Executivo Municipal da seguinte Informação Financeira com data de reporte de:

- 01 de janeiro a 28 de fevereiro de 2022:

Descrição	Valores em €
1.º Saldo Transitado de 2020	301.127,31 €
2.º Receita Cobrada	4.406.940,43 €
3.º Despesa Paga	3.795.091,50 €
4.º Saldo de Tesouraria	611.848,93 €
5.º Dívida a Instituições Bancárias	5.589.465,62 €
6.º Dívida a Fornecedores, Empreiteiros e outras Entidades	5.122.763,81 €

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

01/05 – Aprovação da Ata de 10 de fevereiro.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata da Reunião do passado dia 10 de fevereiro de 2022.

01/06 – Aprovação da Ata de 17 de fevereiro.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata da Reunião do passado dia 17 de fevereiro de 2022.

02 – Conhecimento de Despachos.

02/01 – DOMU – Serviço de Licenciamento de Obras Particulares.

----- Foram presentes as seguintes informações subscritas em 03 de março, pelo Senhor Vice-Presidente *Orlando Pires* que a seguir se transcrevem:

“INFORMAÇÃO N.º 04/2022

Em conformidade com o estabelecido na Reunião de Câmara de 18 de outubro de 2021 e perante as competências em mim delegadas e subdelegadas por Despacho da Presidente da Câmara Municipal de 18 de outubro de 2021, cumpre informar o Executivo Municipal das decisões tomadas durante o período compreendido entre 14 de fevereiro e 02 de março de 2022.

Autorizações de Utilização Deferidas

- 2/22 – Pedro Miguel Nogueira da Natividade Russo – Habitação – Alto dos Montes – Cabanelas;
- 8/22 – Isabel Maria Rodrigues Silva Rodrigues – Habitação – Rua S. Pedro, 17 – Mirandela;
- 9/22 – Ângelo Dinis Teixeira – Garagem – Rua Fernando Pessoa, 31 – Mirandela.

Autorizações de Utilização Indeferidas

- 6/22 – Luís Afonso António – Habitação – Alto dos Montes – Rua Soldados de Portugal, 117 – Bouça.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 05/2022

Em conformidade com o estabelecido na Reunião de Câmara de 18 de outubro de 2021 e perante as competências em mim delegadas e subdelegadas por Despacho da Presidente da Câmara Municipal de 18 de outubro de 2021, cumpre informar o Executivo Municipal das decisões tomadas durante o período compreendido entre 14 de fevereiro e 02 de março de 2022.

Licenciamentos Deferidos

- 82/21 – Adérito Augusto Trinchete – Construção de uma habitação – Loteamento das Canelhas, Lote 1A – Mirandela.

Licenciamentos Indeferidos

- 118/21 – Construções Guilherme Afonso, Lda. – Construção de um edifício – Loteamento da Gateira, Lote E4 – Mirandela.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

02/02 – DAG – Subunidade Orgânica Contratação Pública.

----- Para conhecimento dos Senhores Vereadores, foi presente o Mapa das Empreitadas e a Listagem dos Contratos de Aquisição de Serviços celebrados ou renovados durante o ano de 2022, atualizados em 04 de março, que se dão por reproduzidos.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

03/OA – Proposta de Regularização de Parcela de Terreno em Marmelos.

----- Foi presente uma Proposta subscrita pelo Senhor Vereador *VÍTOR CORREIA* em 07/03/2022, com o seguinte teor:

“PROPOSTA

Assunto: Regularização de Parcela de Terreno em Marmelos.

Pretende o Município de Mirandela proceder à regularização formal da propriedade de uma parcela de terreno com a área de onde se encontra implantada a sua Estação de Tratamento de Águas Residuais de Marmelos. Considerando que é competência da Câmara Municipal de Mirandela aceitar doações e que pretende a atual proprietária formalizar aquela liberalidade, doando a área de 192,50 m² da sua primitiva parcela, conforme planta e caderneta predial rústica em anexo à presente proposta, procedendo-se posteriormente ao destaque da área a ceder.

Face ao exposto, nos termos do disposto na alínea *j*) do n.º 1 do art.º 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, propõe-se a Câmara Municipal de Mirandela delibere aceitar a doação de *Lúcia Maria Lage Gomes de Sá*, da área de 192,50 m² pertencente prédio rústico com a área de 17.975,90 m² inscrita na matriz sob o art.º n.º 924 e designada por Quinta do Ferranjeiro, da União das Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa, concelho de Mirandela.”

----- Vem acompanhada de Planta e Caderneta Predial Rústica, que se dão por reproduzidas.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a doação de *Lúcia Maria Lage Gomes de Sá*, da área de 192,50 m² pertencente prédio rústico com a área de 17.975,90 m² inscrita na matriz sob o art.º n.º 924 e designada por Quinta do Ferranjeiro, da União das Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa, concelho de Mirandela, conforme proposto.

04/OA – Proposta de Aquisição de Imóvel sito no Bairro Operário.

----- Foi presente uma Proposta subscrita pela Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* em 07/03/2022, com o seguinte teor:

“PROPOSTA

Assunto: Proposta de Aquisição de Imóvel sito no Bairro Operário.

Considerando que:

- 1) É objetivo deste Município promover a reabilitação integral da habitação social no Bairro Operário;
- 2) Todas as habitações sitas no referido Bairro são propriedade do Município com exceção da habitação n.º 20 com o n.º de polícia n.º 176, que pertence a Carlota Fernanda Araújo;
- 3) O referido imóvel foi-lhe conferido no decurso de uma permuta com o Município nos anos 90;
- 4) O referido imóvel nunca foi registado por parte da Muniçipe, tendo sido declarado apenas ao Serviço de Finanças, onde aparece inscrita na matriz predial sob o n.º 869, e quando os serviços de Património Municipal realizaram o registo dos imóveis deste bairro em nome do Município foi inadvertidamente incluída essa habitação por parte da Conservatória;
- 5) Importa regularizar a situação, sem que exista necessidade de se promover a qualquer escritura de compra e venda;
- 6) O imóvel foi objeto de avaliação por parte de um Perito Avaliador da Lista Oficial de Avaliadores da Direção Geral da Administração da Justiça, que se anexa;
- 7) Foram encetadas negociações junto dos proprietários do imóvel, herdeiros de Carlota Fernanda Araújo e foi pelos mesmos manifestada a intenção de vender aquele imóvel ao Município pelo preço constante do supra citado Relatório;
- 8) Nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação, é competência da Câmara Municipal, adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a Remuneração Mínima Mensal Garantida;
- 9) No caso a compra tem o valor de 12.325,00 €, encontrando-se por isso abaixo do valor limite do normativo acima referenciado, pelo que a aquisição poderia ser feita diretamente pela Sr.ª Presidente;
- 10) O Município pretende avançar com os procedimentos relativos às empreitadas de reabilitação para os imóveis sitos neste bairro;
- 11) Se encontra assegurado o devido enquadramento orçamental, com cabimento da respetiva despesa.

Nessa conformidade, apesar de a competência para adquirir bens imóveis se encontrar delegada na respetiva Presidente da Câmara Municipal uma vez que faz parte do leque das competências passíveis de delegação, propõe-se que a Câmara Municipal delibere, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação, aprovar a compra pela via do direito privado do imóvel propriedade de herdeiros de *Carlota Fernanda Araújo* pelo valor de 12.325,00 €.”

----- Vem acompanhada de Relatório de Avaliação, que se dá por reproduzido.

----- Processo despesa n.º 611 de 07/03/2022.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a compra pela via do direito privado do imóvel propriedade de herdeiros de *Carlota Fernanda Araújo* pelo valor de 12.325,00 €, conforme proposto.

05/OA – Proposta de Posse Administrativa – Expropriação Parcial da Parcela 2 para concretização da obra PAMUS 1 – Criação Via Pedonal em troços – Av. Dr.º José Gama e Rua Manuel Joaquim Ferreira.

----- Foi presente uma Proposta subscrita pelo Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* em 07/03/2022, com o seguinte teor:

“PROPOSTA

Assunto: Posse Administrativa – Expropriação Parcial da Parcela 2 para concretização da obra PAMUS 1 – Criação Via Pedonal em troços – Av. Dr.º José Gama e Rua Manuel Joaquim Ferreira.

Considerando que:

- No âmbito do procedimento expropriativo da obra relativa ao Plano de Mobilidade Urbana Sustentável – Pamus 1 – Criação da via Pedonal em troço – Av. Dr.º José Gama e Rua Manuel Joaquim Ferreira foi proferida a declaração de utilidade pública urgente da parcela 2 (parcela de terreno do prédio rústico sito na Gateira, com o artigo matricial n.º 730 e descrito na Conservatória do Registo predial sob o n.º 1501/19930127), publicada por (extrato) n.º 128/2021 de 10 de setembro de 2021, 2.ª série, n.º 177, e objeto da declaração de retificação n.º 811/2021 de 16 de novembro de 2021, 2.ª série, n.º 222;
- Já ocorreu a vistoria *ad perpetuam rei memoria* no passado dia 8 de fevereiro de 2022, pelo que estão reunidas as condições para a efetivação da posse administrativa, nos termos do disposto no artigo 20.º do Código das Expropriações, (CE) aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, na sua atual redação;
- Importa proceder à marcação da data da tomada de posse administrativa da referida parcela, cujo ato deverá ocorrer no prédio a expropriar de acordo com o n.º 3 do artigo 20.º do CE, considerando que o Código das Expropriações não impõe um prazo mínimo de antecedência para notificação dos expropriados sobre a data, hora e local do ato de transmissão da posse administrativa;
- Devem ainda ser nomeados os representantes do Município para estarem presentes neste ato.

Propõe-se o seguinte:

- Como data da tomada de posse administrativa da referida parcela, cujo ato deverá ocorrer no prédio a expropriar de acordo com o n.º 3 do artigo 20.º do CE, o dia 28 de março de 2022, pelas 10.00 horas;
- Nos termos do disposto na alínea h) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação se nomeie como representantes do Município para este ato, a Sr.ª Eng.ª *Fátima Dias* e a Sr.ª Dr.ª *Esmeralda Pinto*, Técnicas Superiores deste Município.”

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Esta parcela é a criação da ciclovía pedonal. O que perguntamos é: aquela obra toda por fazer é muito mais do que isto que está aqui em causa, porque se formos ver no mapa da cidade, o percurso que está aqui atribuído, eu pergunto se isto tudo invalida que a conclusão da obra avance, daqueles estacionamentos, ou se isto é uma parte isolada que se podia concluir o resto e este circuito fica.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: São duas parcelas. Esta é uma e ainda falta outra para concluir a obra.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, conforme proposto:

- 1 - Como data da tomada de posse administrativa da referida parcela, cujo ato deverá ocorrer no prédio a expropriar de acordo com o n.º 3 do artigo 20.º do CE, o dia 28 de março de 2022, pelas 10.00 horas;
- 2 - Nos termos do disposto na alínea h) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, nomear como representantes do Município para este ato, a Sr.ª Eng.ª *Fátima Dias* e a Sr.ª Dr.ª *Esmeralda Pinto*, Técnicas Superiores deste Município.

06/OA – “PAMUS 1 - Criação da Rede Ciclável e Via Pedonal no troço entre a Avenida da Galiza e a Rotunda das Portas da Cidade” - Proposta de não adjudicação do Concurso Público.

----- Foi presente uma Informação subscrita pelo Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* em 02/03/2022, com o seguinte teor:

“Assunto: Proposta de não adjudicação do Concurso Público - “PAMUS 1 - Criação da Rede Ciclável e Via Pedonal no troço entre a Avenida da Galiza e a Rotunda das Portas da Cidade”.

Por Deliberação, do Órgão Executivo do Município de Mirandela, em reunião ordinária realizada em 11/02/2021, foi aprovada a não adjudicação do Concurso Público que visava a execução da empreitada em assunto identificada, em consequência de todas as propostas apresentadas terem sido excluídas, determinando esta situação a revogação da decisão de contratar tomada por este mesmo órgão em 30/07/2020.

Por Deliberação, tomada pelo Órgão Executivo do Município de Mirandela, em reunião ordinária realizada em 04/11/2021, foi autorizada a reabertura deste Concurso Público, tendo o preço base do procedimento sido objeto de revisão, passando este a ser de 2.840.000,00 euros, acrescido do IVA, à taxa legal em vigor, ou seja, com um incremento de 840.000,00 euros, acrescido do IVA, à taxa legal em vigor, em relação ao preço base do primeiro Concurso Público formalizado.

Este segundo Concurso Público foi publicado na II Série do Diário da República, n.º 233, através do anúncio de procedimento n.º 15107/2021, em 02/12/2021, tendo o prazo fixado para a apresentação das propostas terminado em 31/01/2022.

A empreitada em apreço foi objeto de uma candidatura a fundos comunitários, tendo esta sido submetida em 22/10/2019, Operação n.º NORTE-05-1406-FEDER-000245, tendo esta candidatura sido objeto de aprovação em 21/05/2020, pela Comissão Diretiva do NORTE 2020, tendo o Termo de Aceitação sido subscrito pela Senhora Presidente em 05/06/2020, tendo a seguinte estrutura de financiamento:

Investimento Total: 2.287.849,54 €.

Investimento Elegível: 1.214.111,42 €.

Fundo: 1.031.994,71 €.

Taxa de comparticipação: 85%.

Considerando que já decorreu a fase de audiência prévia dos concorrentes e que o júri se prepara para proceder à elaboração do Relatório Final, em cumprimento do art.º 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), que até à celebração do contrato ainda têm que ser realizadas várias tarefas legais decorrentes deste normativo legal, designadamente a elaboração da minuta do contrato a celebrar, a adjudicação por parte do órgão competente para a decisão de contratar, a apresentação por parte da cocontratante dos documentos de habilitação e da correspondente caução, prevê-se que a celebração do contrato possa ocorrer na primeira quinzena de abril.

Por força do preço contratual do contrato de empreitada a celebrar, caso este se venha a materializar, o Município de Mirandela terá que instruir o processo para fiscalização prévia do Tribunal de Contas (TdC), em virtude do contrato estar sujeito a fiscalização prévia do TdC, conforme preconiza a alínea b) do n.º 1 do art.º 46.º conjugado com o n.º 1 do art.º 48.º, ambos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC).

De harmonia com o n.º 1 do art.º 85.º da LOPTC, os atos, contratos e demais instrumentos jurídicos remetidos ao Tribunal de Contas para fiscalização prévia consideram-se visados ou declarados conformes se não tiver havido decisão de recusa de visto no prazo de 30 dias após a data do seu registo de entrada, podendo os serviços ou organismos iniciar a execução dos atos ou contratos se, decorridos cinco dias úteis sobre o termo daquele prazo, não tiverem recebido a comunicação prevista no n.º 2 deste mesmo artigo legal, sendo que o prazo do visto corre durante as férias judiciais, mas não inclui sábados, domingos ou dias feriados, e suspende-se na data do ofício que solicite quaisquer elementos ou diligências instrutórias até à data do registo da entrada no Tribunal do ofício com a satisfação desse pedido, conforme preconiza o n.º 3 do art.º 85.º da LOPTC.

A data do término da operação de financiamento que a Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Norte não pode prorrogar determina que a execução financeira da operação tem de estar forçosamente concluída até ao dia 30/06/2023.

Considerando o prazo de execução da obra em apreço, que é de 365 dias, prevemos um elevado risco de incumprimento das obrigações do beneficiário – Município de Mirandela, que poderá motivar a redução ou revogação do apoio financeiro, constituindo fundamentos suscetíveis de determinar a redução do apoio à operação ou à despesa, entre outros, o incumprimento, total ou parcial, das obrigações do beneficiário, incluindo os resultados contratados, assim como a inexecução integral da candidatura nos termos em que foi aprovada, conforme estabelecem a alínea a) do n.º 2 e alínea b) do n.º 3, ambos do art.º 23.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, que estabeleceu as regras gerais de aplicação dos programas operacionais (PO) e dos programas de desenvolvimento rural (PDR) financiados pelos fundos europeus estruturais e de investimento (FEEI), compreendendo o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE), o Fundo de Coesão (FC), o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP), para o período de programação 2014-2020.

Esta situação, a verificar-se, iria obrigar o Município de Mirandela a ter que financiar a execução da empreitada com recurso a capitais próprios, o que não foi acautelado orçamentalmente pela facto da empreitada ter sido oportunamente objeto de uma candidatura aprovada a fundos comunitários.

Sem prejuízo do Município de Mirandela continuar a considerar prioritária a realização da obra em apreço, mas que as circunstâncias atuais revelam um alto risco de inexecução que comprometem a candidatura atualmente aprovada, podendo, quiçá, brevemente ser objeto de uma nova candidatura a um programa que garanta o financiamento deste projeto municipal que presentemente usufrui de um nível de maturidade apreciável, propõe-se ao órgão executivo municipal que aprove a não adjudicação do Concurso Público com extinção imediata deste por circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos da decisão de contratar o justificarem, em cumprimento do preceituado na alínea d) do n.º 1 do art.º 79.º do Código dos Contratos Públicos.

Saliento que este fundo será canalizado, no âmbito do exercício “Soma Nula”, para o reforço de outras operações já em curso ou novas componentes.

À consideração da Excelentíssima Senhora Presidente.”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* em 03/03/2022, exarou o seguinte Despacho:

“À deliberação do Órgão Executivo.”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a não adjudicação do Concurso Público em apreço com extinção imediata deste por circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos da decisão de contratar o justificarem, em cumprimento do preceituado na alínea d) do n.º 1 do art.º 79.º do Código dos Contratos Públicos, conforme proposto.

DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E URBANISMO

07/DOMU – Retificação da Deliberação 23-09-2021.

----- Foi presente uma Informação subscrita pela Técnica do Serviço de Licenciamento de Obras Particulares em 03/03/2022, com o seguinte teor:

“Assunto: Alteração ao alvará 05/1998 “Ruivo & Pires” – lote n.º 48 e 49 do Loteamento da Preguiça e Malhadinhas.

A 23/09/2021 e depois de cumpridas todas as formalidades conforme determina o artigo 27.º do Decreto - Lei 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, bem como o n.º 2 do art.º 6 do RUEMM, foi presente a deliberação de Câmara uma alteração ao Alvará de loteamento 5/1998, em nome de Ruivo & Pires (lote 48 e 49) do Loteamento sito no lugar da Preguiça e Malhadinhas em Mirandela.

A Câmara Municipal deliberou à data,

1 - Aprovar o Pedido de Alteração ao Alvará n.º 05/1998 – Lotes n.º 48 e 49, loteamento em nome de “Ruivo & Pires, Lda.”, sito no lugar de Preguiça e Malhadinhas, na freguesia e concelho de Mirandela, que consiste no seguinte:

- **Aumento da área de construção por piso de 135m2 para 153,95m2, para cada lote sem alteração do número de fogos previstos;**
- **A cêrcea passa de 2 pisos acima da cota de soleira e um piso abaixo da cota de soleira para 1 piso acima da cota de soleira e 2 pisos abaixo da cota de soleira;**
- **São de novo previstos arrumos (anexos), que haviam sido suprimidos em alteração anterior ao loteamento com alteração da sua localização, passando da zona posterior do lote para as laterais e junto da construção principal implantados à cota do piso -2;**
- **Há lugar ao pagamento de 789,00 € (setecentos e oitenta e nove euros), por não cedências, por cada lote. Total: 1.578,00 € (mil quinhentos e setenta e oito euros).**

2 - Dar conhecimento do teor desta deliberação ao requerente Ruivo & Pires, Lda..

A 27/09/2021, foi dado conhecimento do teor da deliberação ao promotor da mesma, Ruivo & Pires Lda.

A 27/10/2021, dão entrada dois requerimentos a solicitar o averbamento do processo de alteração ao loteamento:

- O Req.1673 em nome de Habituela, Investimentos Imobiliários, Lda., atual proprietária do lote 48.

- O Req.1674 em nome de Margarida Maria Bento Figueiredo Casado, atual proprietária do lote 49.

Nestes requerimentos, o Sr. Vereador, *Orlando Pires*, exarou o seguinte despacho a 1/12/2021:

“Nos termos da apreciação técnica ao assunto determino os seguintes procedimentos:

1 - *Deverá ser apensa ao processo de alteração do loteamento em questão, a certidão do registo predial do lote 48 e 49 que comprova que a nova proprietária é a Firma Habituela Lda. e a Sr.ª Margarida Maria Bento Figueiredo Casado; respetivamente.*

2- *Que desta forma pode requerer a emissão da Adenda ao loteamento na parte referente ao lote n.º 48 e 49, sendo devidas as taxas de 789€/cada, por cedências não cedidas a operação de alteração de loteamento. A estas taxas acrescem as taxas administrativas pela emissão da Adenda;*

3 - *Que o requerimento para emissão da Adenda seja submetido à aprovação da Câmara Municipal por haver alteração de circunstâncias porque a Adenda aprovada se reportava a um requerente com dois lotes, e a Adenda a emitir nas atuais condições de propriedade se reporta a dois requerentes com um lote cada um, mantendo-se os parâmetros urbanísticos aprovados na operação de loteamento;”*

A 05/01/2022, através do Req. 7/22, vem novamente a Ruivo & Pires, na pessoa do sócio gerente, *Joaquim Manuel Brites Lameiro*, expondo que houve um lapso no cálculo das áreas de cedência e pede que seja feita essa correção.

Conforme proposta técnica, o Sr. Vereador, *Orlando Pires*, no uso de competência delegada deferiu o pedido.

Pelo exposto propõe-se a alteração e correção da deliberação de 23/09/2021, nos seguintes termos:

1 - Aprovar o Pedido de Alteração ao Alvará n.º 05/1998 – Lotes n.º 48 e 49, loteamento em nome de “Ruivo & Pires, Lda.”, sito no lugar de Preguiça e Malhadinhas, na freguesia e concelho de Mirandela, que consiste no seguinte:

- **Aumento da área de construção por piso de 135m2 para 153,95m2, para cada lote sem alteração do número de fogos previstos;**
- **A cêrcea passa de 2 pisos acima da cota de soleira e um piso abaixo da cota de soleira para 1 piso acima da cota de soleira e 2 pisos abaixo da cota de soleira;**
- **São de novo previstos arrumos (anexos), que haviam sido suprimidos em alteração anterior ao loteamento com alteração da sua localização, passando da zona posterior do lote para as laterais e junto da construção principal implantados à cota do piso -2;**
- **Não há lugar ao pagamento por não cedências.**
- **É reconhecido o direito de cada um dos proprietários requerer a emissão da adenda relativa ao seu lote, após o pagamento das respetivas taxas administrativas, no valor de 166,10€/cada.**

À consideração superior.”

----- Foi presente um Parecer subscrito pelo Técnico da Divisão de Obras Municipais e Urbanismo, em 04/03/2022, com o seguinte teor:

“Concordo.

Propõe-se que a alteração seja submetida a deliberação de Câmara.

À consideração superior”

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* em 04/03/2022, exarou o seguinte Despacho:

“À deliberação da Câmara.”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto, aprovar a alteração e correção da deliberação de 23/09/2021, nos seguintes termos:

1 - Aprovar o Pedido de Alteração ao Alvará n.º 05/1998 – Lotes n.º 48 e 49, loteamento em nome de “Ruivo & Pires, Lda.”, sito no lugar de Preguiça e Malhadinhas, na freguesia e concelho de Mirandela, que consiste no seguinte:

- **Aumento da área de construção por piso de 135m² para 153,95m², para cada lote sem alteração do número de fogos previstos;**
- **A cêrcea passa de 2 pisos acima da cota de soleira e um piso abaixo da cota de soleira para 1 piso acima da cota de soleira e 2 pisos abaixo da cota de soleira;**
- **São de novo previstos arrumos (anexos), que haviam sido suprimidos em alteração anterior ao loteamento com alteração da sua localização, passando da zona posterior do lote para as laterais e junto da construção principal implantados à cota do piso -2;**
- **Não há lugar ao pagamento por não cedências;**
- **É reconhecido o direito de cada um dos proprietários requerer a emissão da adenda relativa ao seu lote, após o pagamento das respetivas taxas administrativas, no valor de 166,10 €/cada.**

08/DOMU – Serviço de Licenciamento de Obras Particulares – Alteração ao Alvará 02/2003 – Lotes n.º 14 e 15, loteamento em nome de nome de “Prominorte – Promoção Imobiliária do Norte, Lda.”, sito no lugar dos Telheiros, em Mirandela - António dos Santos Martins Fernandes.

----- Foi presente um ofício com entrada n.º 1935 em 15/12/2021, com o seguinte teor:

“**Assunto:** Pedido de Licenciamento

António dos Santos Martins Fernandes, residente em Bragança, na qualidade de proprietário, vem requer o licenciamento de: Alteração à licença de loteamento n.º 02/2003 (lotes 14 e 15).

No(s) prédio(s) sito(s) no(a) Rua ou Lugar: Loteamento dos Telheiros.

Pede deferimento.”

----- Foi presente uma Informação subscrita pela Técnica do Serviço de Licenciamento de Obras Particulares em 22/02/2022, com o seguinte teor:

“**Assunto:** Alteração ao Alvará 02/2003 – Prominorte – Promoção Imobiliária do Norte, Lda. – Lotes n.º 14 e 15.

Em cumprimento do despacho do Sr. Vice-Presidente, Dr. *Orlando Ferreira Pires*, de 2022/01/07 e nos termos do disposto no artigo 27.º, n.º 3, do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei 136/2014, de 09 de setembro, e n.º 2 do art.º 6.º do RUEMM, decorreu o período de discussão pública (aviso publicado no DR, dia 24/01/2022) referente à alteração aos lote n.º 14 e 15, do loteamento titulado pelo alvará n.º 02/2003 em nome de “Prominorte – Promoção Imobiliária do Norte, Lda.”, sito no lugar dos Telheiros em Mirandela, promovida pelo titular dos referidos lotes, *António dos Santos Martins Fernandes*.

Mais se informa que a alteração incide exclusivamente sobre os lotes n.º 14 e 15 e consiste no seguinte:

- **Junção dos lotes 14 e 15 formando o lote 14/15, sem alteração dos parâmetros urbanísticos globais do loteamento.**
- **O novo lote passa a ter 442m², resultante da soma dos dois lotes.**
- **A área de implantação será de 260m² (20m²*13m²).**
- **O n.º de pisos mantém-se, 1 piso abaixo da cota de soleira e 4 acima da cota de soleira.**
- **A área de construção será de 1300m², resultante da soma dos 650m² já previstos para cada lote.**
- **O n.º de fogos é 8.**

Não há lugar ao pagamento de cedências.

Decorrido o prazo para pronúncia dos interessados, não foi presente qualquer reclamação ou sugestão.

A operação de loteamento foi aprovada por deliberação de Câmara de 15/01/1999, 14/09/1999, 27/04/2000, 11/05/2001, 22/03/2002 e 26/07/2002

À consideração superior.”

----- Foi presente um Parecer subscrito pelo Chefe da Divisão de Obras Municipais e Urbanismo *Rui Fernandes*, em 24/02/2022, com o seguinte teor:

“Não tendo ocorrido reclamações ou sugestões no prazo de pronúncia dos interessados, propõe-se a aprovação da alteração ao loteamento em referência nos termos descritos na informação técnica.

À Consideração superior.”

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* em 03/03/2022, exarou o seguinte Despacho:

“À Deliberação da Câmara Municipal.”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar o Pedido de Alteração ao Alvará n.º 02/2003 - Lotes n.º 14 e 15, loteamento em nome de “Prominorte – Promoção Imobiliária do Norte, Lda.”, sito no Lugar dos Telheiros, na freguesia e concelho de Mirandela, que consiste no seguinte:
 - Junção dos lotes 14 e 15 formando o lote 14/15, sem alteração dos parâmetros urbanísticos globais do loteamento;
 - O novo lote passa a ter 442m², resultante da soma dos dois lotes;
 - A área de implantação será de 260m² (20m²*13m²);
 - O n.º de pisos mantém-se, 1 piso abaixo da cota de soleira e 4 acima da cota de soleira;
 - A área de construção será de 1300m², resultante da soma dos 650m² já previstos para cada lote;
 - O n.º de fogos é 8.
- 2 – Dar conhecimento do teor desta deliberação ao requerente *António dos Santos Martins Fernandes*.

09/DOMU – Serviço de Licenciamento de Obras Particulares – Alteração ao Alvará 02/2003 – Lotes n.º 19 e 20, loteamento em nome de “Prominorte – Promoção Imobiliária do Norte, Lda.”, sito no lugar dos Telheiros, em Mirandela - *Diamantino dos Santos Teixeira*.

----- Foi presente um ofício com entrada n.º 1893 em 07/12/2021, com o seguinte teor:

“**Assunto:** Licenciamento de Operações de Loteamento

Diamantino dos Santos Teixeira, residente em Lamas de Orelhão, na qualidade de proprietário, vem requer a V. Exa. a aprovação do pedido de licenciamento de operações de loteamento, para o prédio abaixo identificado, em conformidade com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro com sua redação atual, e na Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril.

Obra:

Local: Loteamento dos Telheiros - Lote n.º 19 e 20;

Freguesia: Mirandela;

Norte: Lote n.º 20 e Lote n.º 21;

Este: Arruamento Público;

Sul: Lote n.º 18 e Lote n.º 19;

Oeste: Passeio Público;

Tipo de obra a): Operação de Loteamento.

Pede deferimento.”

----- Foi presente uma Informação subscrita pela Técnica do Serviço de Licenciamento de Obras Particulares em 18/02/2022, com o seguinte teor:

“**Assunto:** Alteração ao Alvará 02/2003 – Prominorte – Promoção Imobiliária do Norte, Lda. – Lotes n.º 19 e 20.

Em cumprimento do despacho do Sr. Vice-Presidente, Dr. *Orlando Ferreira Pires*, de 2022/01/06 e nos termos do disposto no artigo 27.º, n.º 3, do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei 136/2014, de 09 de setembro, e n.º 2 do art.º 6.º do RUEMM, decorreu o período de discussão pública (aviso publicado no DR, dia 24/01/2022) referente à alteração aos lote n.º 19 e 20, do loteamento titulado pelo alvará n.º 02/2003 em nome de “Prominorte – Promoção Imobiliária do Norte, Lda.”, sito no lugar dos Telheiros em Mirandela, promovida pelo titular dos referidos lotes, *Diamantino dos Santos Teixeira*.

Mais se informa que a alteração incide exclusivamente sobre os lotes n.º 19 e 20 e consiste no seguinte:

- 1 - Alteração do uso do piso 1 (R/C) dos lotes 19 e 20 passando de comércio para uma habitação de tipologia T2, em cada um dos lotes, sem aumento da área de construção e mantendo-se todos os restantes parâmetros urbanísticos.

Não há lugar ao pagamento de cedências.

Decorrido o prazo para pronúncia dos interessados, não foi presente qualquer reclamação ou sugestão.

A operação de loteamento foi aprovada por deliberação de Câmara de 15/01/1999, 14/09/1999, 27/04/2000, 11/05/2001, 22/03/2002 e 26/07/2002

À consideração superior.”

----- Foi presente um Parecer subscrito pelo Chefe da Divisão de Obras Municipais e Urbanismo *Rui Fernandes*, em 24/02/2022, com o seguinte teor:

“Não tendo ocorrido reclamações ou sugestões no prazo de pronúncia dos interessados, propõe-se a aprovação da alteração ao loteamento em referência nos termos descritos na informação técnica.”

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* em 03/03/2022, exarou o seguinte Despacho:

“À Deliberação da Câmara Municipal.”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

1 – Aprovar o Pedido de Alteração ao Alvará n.º 02/2003 - Lotes n.º 19 e 20, loteamento em nome de “Prominorte – Promoção Imobiliária do Norte, Lda.”, sito no Lugar dos Telheiros, na freguesia e concelho de Mirandela, que consiste no seguinte:

- **Alteração do uso do piso 1 (R/C) dos lotes 19 e 20 passando de comércio para uma habitação de tipologia T2, em cada um dos lotes, sem aumento da área de construção e mantendo-se todos os restantes parâmetros urbanísticos;**

2 – Dar conhecimento do teor desta deliberação ao requerente *Diamantino dos Santos Teixeira*.

10/DOMU – Serviço de Licenciamento de Obras Particulares – Alteração ao Alvará 02/2003 – Lote n.º 63, loteamento em nome de “Urbanização Retiro da Princesa do Tua, Lda.”, sito no lugar dos Cordões, em Mirandela - *Daniel Augusto Regil*.

----- Foi presente um ofício com entrada n.º 1897 em 09/12/2021, com o seguinte teor:

“**Assunto:** Resposta a Ofício

Daniel Augusto Regil, residente em Mirandela, na qualidade de proprietário, vem requer a V. Exa. a aprovação do presente pedido de anexação de documentos, para o prédio abaixo identificado, em conformidade com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua redação atual.

Obra:

Local: Lugar de Cordões, lote 63;

Freguesia: Mirandela;

Anexos: Documentos apresentados: Aperfeiçoamento do Pedido de Alteração de Loteamento, correspondente ao loteamento com alvará n.º 03/2002.

Pede deferimento.”

----- Foi presente uma Informação subscrita pela Técnica do Serviço de Licenciamento de Obras Particulares em 28/02/2022, com o seguinte teor:

“**Assunto:** Alteração ao alvará 03/2002 – Urbanização Retiro da Princesa do Tua, Lda. – Lote n.º 63.

Em cumprimento do despacho do Sr. Vice-presidente, Dr. *Orlando Ferreira Pires*, de 18/01/2022 e nos termos do disposto no artigo 27.º, n.º 3, do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei 136/2014, de 09 de setembro, e n.º 2 do art.º 6.º do RUEMM, decorreu o período de discussão pública (aviso publicado no DR, dia 10/02/2022) referente à alteração ao lote n.º 63, do loteamento titulado pelo alvará n.º 03/2002 - 1ª Fase, em nome de “Urbanização Retiro da Princesa do Tua, Lda.”, sito no lugar de Cordões em Mirandela, promovida pela titular do lote, *Daniel Augusto Regil*.

Mais se informa que a alteração incide exclusivamente sobre o lote n.º 63 e consiste no seguinte:

- **Diminuição do n.º de pisos. Passa de 3 pisos (1 abaixo da cota de soleira + 2 acima da cota de soleira) para 2 pisos, ambos acima da cota de soleira.**
- **Diminuição da área de construção, passa de 540 m² para 400 m².**
- **Aumento da área de implantação, passa de 180 m² para 200 m².**
- **Reposicionamento do polígono de implantação do arrumo, sem alteração de área.**

Não há lugar a pagamento, por não cedências.

Decorrido o prazo para pronúncia dos interessados, não foi presente qualquer reclamação ou sugestão.

A operação de loteamento foi aprovada por deliberações da Câmara, tomadas em reunião de 2001/06/22, 2001/09/07 e 2002/07/05.

À consideração superior.”

----- Foi presente um Parecer subscrito pelo Chefe da Divisão de Obras Municipais e Urbanismo *Rui Fernandes*, em 07/03/2022, com o seguinte teor:

“Não tendo ocorrido reclamações ou sugestões no prazo de pronúncia dos interessados, propõe-se a aprovação da alteração ao loteamento em referência nos termos descritos na informação técnica.

À consideração superior.”

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* em 07/03/2022, exarou o seguinte Despacho:

“À deliberação da Câmara Municipal.”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

1 – Aprovar o Pedido de Alteração ao Alvará n.º 03/2002 - 1.ª Fase - Lote n.º 63, loteamento em nome de “Urbanização Retiro da Princesa do Tua, Lda.”, sito no Lugar de Cordões, na freguesia e concelho de Mirandela, que consiste no seguinte:

- **Diminuição do n.º de pisos. Passa de 3 pisos (1 abaixo da cota de soleira + 2 acima da cota de soleira) para 2 pisos, ambos acima da cota de soleira;**
- **Diminuição da área de construção, passa de 540 m² para 400 m²;**
- **Aumento da área de implantação, passa de 180 m² para 200 m²;**
- **Reposicionamento do polígono de implantação do arrumo, sem alteração de área.**

2 – Dar conhecimento do teor desta deliberação ao requerente *Daniel Augusto Regil*.

DIVISÃO ADMINISTRAÇÃO GERAL

11/DAG – Regularização de Movimentos a Crédito nas Contas Bancárias do Município.

----- Foi presente uma Informação subscrita pela Chefe da Divisão de Administração Geral *Elisabete Silva*, em 07/03/2022, com o seguinte teor:

“**Assunto:** Regularização de movimentos a crédito nas contas bancárias do Município.

A reconciliação bancária é o processo de ajustamento entre os movimentos registados no extrato bancário e os movimentos registados no extrato da contabilidade, expurgando as diferenças entre estas duas realidades, tendo em vista a obtenção de um saldo reconciliado igual.

No Município de Mirandela as reconciliações bancárias são realizadas no final de cada mês por um funcionário designado para o efeito, que não se encontra afeto à tesouraria, devendo ser confrontadas com os respetivos registos contabilísticos e validados pelo Chefe de Divisão, para garantir a segurança dos mesmos.

No entanto, constituía procedimento habitual no passado facultar de uma forma generalizada a conta bancária para efeito de liquidação de valores, por transferência bancária, facilitando desta forma o pagamento e a arrecadação de receita do município. No entanto esta prática, levou à existência de montantes nas contas bancárias do município, com antiguidade significativa (2011 a 2020), que ainda não foi possível proceder a sua regularização, por manifesta incapacidade de identificar pormenorizadamente os seus autores (listagem anexa).

Por forma a colmatar esta situação, optou-se em 2020, por não facultar o NIB do Município a pessoas singulares, tendo sido em alternativa criado mecanismo de produção de referências multibanco que permitem a associação do tipo de receita e a identificação do titular do pagamento.

Chegados a este ponto, e após inestar junto dos serviços, todos os esforços para identificação dos titulares da receita depositada nas contas bancárias do município sem êxito, solicita-se autorização para proceder de forma individualizada à regularização contabilística dos movimentos, como receita extraordinária.

À consideração superior.”

----- Vem acompanhada de Tabela de Valores a Crédito no Banco por Reconciliar, que se dá por reproduzida.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* em 07/03/2022, exarou o seguinte Despacho:

“À deliberação da Câmara Municipal.”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a autorização para proceder de forma individualizada à regularização contabilística dos movimentos, como receita extraordinária, conforme proposto.

12/DAG – “PAMUS 1 - Criação de Rede Ciclável e Modos Suaves no troço entre a Rotunda do Monumento à Linha Férrea até à Rotunda Portas da Cidade” – Relatório Final.

----- Foi presente uma Informação subscrita pela Técnica da Subunidade Orgânica de Contratação Pública, em 02/03/2022, com o seguinte teor:

“Assunto: Envio do Relatório Final - Não adjudicação do procedimento e revogação da decisão de contratar.
“PAMUS 1 - Criação de Rede ciclável e Modos Suaves no troço entre a Rotunda do Monumento à Linha Férrea até à Rotunda Portas da Cidade”.

Com referência ao procedimento pré-contratual que visa a realização de empreitada designada por **“PAMUS 1 - Criação de Rede ciclável e Modos Suaves no troço entre a rotunda do Monumento à Linha Férrea até à rotunda Portas da Cidade”**, submetem-se em anexo, em cumprimento do disposto no n.ºs 3 e 4 do art.º 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), para apreciação do Órgão Executivo do Município de Mirandela - órgão competente para a decisão de contratar do procedimento pré-contratual em apreço, o Relatório Final elaborado pelo júri designado para o procedimento, juntamente com os demais documentos que compõem o processo do concurso.

Nos termos das alíneas b) do n.º 1 do art.º 79.º do CCP e pelo disposto no artigo 80.º do mesmo normativo, a decisão de não adjudicação proposta determina a revogação da decisão de contratar tomada por Deliberação do Órgão Executivo do Município de Mirandela, em reunião ordinária realizada a 14/12/2021.

Mais se informa que esta empreitada já foi objeto da formalização de dois concursos públicos sem que tenha sido possível adjudicar a obra.

À consideração do Órgão Executivo do Município de Mirandela.”

----- Vem acompanhada de Relatório Final, que se dá por reproduzido.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* em 04/03/2022, exarou o seguinte Despacho:

“À deliberação do órgão executivo.”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, não adjudicar o concurso público que visava a execução da empreitada designada por **“PAMUS 1 - Criação de Rede Ciclável e Modos Suaves no troço entre a Rotunda do Monumento à Linha Férrea até à Rotunda Portas da Cidade”**, em consequência de todas as propostas apresentadas terem sido excluídas, determinando esta situação a revogação da decisão de contratar tomada em 14/12/2021, por este Órgão, conforme proposto.

13/DAG – “Remodelação e Requalificação da Escola Básica Luciano Cordeiro” – Aprovação da Minuta de Adenda ao Contrato de Empreitada.

----- Foi presente uma Informação subscrita pelo Técnico da Subunidade Orgânica de Contratação Pública, em 04/03/2022, com o seguinte teor:

“Assunto: Remodelação e Requalificação da Escola Básica Luciano Cordeiro – Aprovação da minuta de adenda ao contrato de empreitada.

Com referência ao contrato da empreitada em assunto identificada, na sequência da Deliberação do Órgão Executivo Municipal, tomada em reunião ordinária realizada em 17/02/2022, que aprovou a redução do prazo de execução da obra, de 545 para 365 dias, procedeu-se à notificação desta decisão à cocontratante, tendo esta manifestado, sob a forma escrita, a sua anuência relativa à redução do prazo contratual e apresentado o Programa de Trabalhos, o Cronograma Financeiro e o Plano de Pagamentos, todos estes ajustados ao novo prazo de execução da obra.

Nesta conformidade, submete-se para aprovação, a minuta de adenda a celebrar ao contrato inicialmente outorgado.

Mais se informa que o compromisso orçamental inicialmente emitido foi ajustado ao novo prazo de execução da obra.

À consideração do Órgão Executivo do Município de Mirandela.”

----- Vem acompanhada de Minuta de Adenda ao Contrato de Empreitada, que se dá por reproduzida.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* em 07/03/2022, exarou o seguinte Despacho:

“À deliberação do órgão executivo.”

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Em consonância com a votação que fizemos antes, sobre a redução dos prazos, continuamos a votar favoravelmente também.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Minuta de Adenda a Celebrar ao Contrato Inicialmente Outorgado referente à empreitada **“Remodelação e Requalificação da Escola Básica Luciano Cordeiro”**, conforme proposto.

14/DAG – Subunidade Orgânica Contabilidade e Tesouraria: Resumo Diário.

----- Foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia 06 de março de 2022 que apresenta os seguintes valores:

SALDO DE GERÊNCIA-----	1.837.989,56€
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS-----	601.022,63€
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS -----	<u>1.236.966,93€</u>
TOTAL DE DISPONIBILIDADES -----	1.837.989,56€

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

15/DAG – Subunidade Orgânica Contabilidade e Tesouraria: Ordens de Pagamento.

----- Foi presente a informação n.º 05/DAG de 04/03/2022 que a seguir se transcreve:

Informa-se o Executivo Municipal que, no período compreendido entre 11 de fevereiro a 03 de março de 2022, foram processadas e autorizadas Ordens de Pagamento no montante total de **1.702.439,04 €**:

Descrição	Valores em €
Ordens de Pagamento Orçamentais	1.701.121,88 €
Ordens de Pagamento de Operações de Tesouraria	1.317,16 €

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

16/DAG – Subunidade Orgânica Contratação Pública: Requisições Externas de Despesa.

----- Foi presente a informação n.º 05/DAG de 04/03/2022 que a seguir se transcreve:

Informa-se o Executivo Municipal que, no período compreendido de 11 de fevereiro a 03 de março de 2022, foram processadas e autorizadas Requisições Externas no montante total de **390.242,98 euros**:

Nome do Responsável	Valores em euros
<i>Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira</i>	303.844,16
<i>Orlando Ferreira Pires</i>	73.851,21
<i>Vera Cristina Quintela Pires Preto</i>	2.364,19
<i>Vítor Manuel Correia</i>	10.183,42

A Câmara Municipal tomou conhecimento.


----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pela Senhora Presidente e por mim Esmeralda Pinto, que a elaborei e mandei transcrever.

----- Seguidamente foi encerrada a reunião, eram 16 horas e 15 minutos.

A Presidente da Câmara Municipal;


Júlia Rodrigues

A Jurista;


Esmeralda Pinto